



AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: ESPELHO DAS DIFICULDADES DOCENTES NO PERÍODO PANDEMICO

Cláudia Batista Pires¹
David Christian de Oliveira Pereira²

RESUMO

Traçou-se como foco deste trabalho a análise de alguns artigos que tratam da avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental II frente à pandemia da Covid-19, mais especificamente no recorte temporal de 2020 a 2022. Acreditamos que a dinâmica que relaciona o sujeito à aprendizagem não pode ser reduzida a números, portanto esta pesquisa teve seu embasamento teórico-metodológico construído a partir de um formato do tipo bibliográfico-documental. Fundamentam esta reflexão autores contemporâneos especializados e tidos como referência na temática, a exemplo de Freire (1987), Luckesi (1999) e Hoffmann (2011). O trabalho apresentará, primeiramente, uma abordagem mais conceitual sobre a avaliação da aprendizagem baseada na leitura de especialistas na temática. Nesse contexto, incluir-se-á, também, a maneira como a avaliação está posta na BNCC (BRASIL, 2018). Este trabalho nos oportunizou a percepção do cenário atual, onde mais do que nunca professores precisaram se reinventar para avaliar o seu aluno. Notou-se o quanto o professor e a socialização são favoráveis ao processo ensino-aprendizagem, além de apontar para as dificuldades no uso de diferentes tecnologias (ausência de letramento digital mínimo), tanto para alguns professores quanto para estudantes e seus familiares.

Palavras-chave: Avaliação, Ensino Fundamental, Pandemia da COVID-19

INTRODUÇÃO

A avaliação é tema constante. E os procedimentos e instrumentos de avaliação da aprendizagem são o maior desafio vivenciado no cotidiano do ambiente escolar, sobretudo na Educação Básica. Insere-se em um processo histórico que, como qualquer outra prática, vem sistematizando-se ao longo do tempo.

No Brasil, o primeiro modelo de educação que conhecemos foi trazido pelos jesuítas, por volta do século XVI, após a chegada dos portugueses e suas instalações no continente, com o intuito de colonizar nossos povos indígenas e os povos africanos que foram trazidos para serem usados como mão-de-obra escrava.

¹ Pós-graduada em Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica, pelo Centro Universitário Cesmac, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), AL, claudinhah2004@hotmail.com

² Orientador. Doutor e Pós-doutorando em Letras (PUC Minas), Professor Titular III do Centro Universitário Cesmac, AL, david.christian@cesmac.edu.br

Dessa feita, a educação sempre pôde ser concebida como processo em constante transformação docente e discente, e os modelos que antes funcionavam em cada época estão atualmente em desuso, sendo necessários novos métodos, e com eles formas eficazes de avaliar os estudantes, e, por sua vez, a prática docente.

Segundo o Referencial Curricular de Maceió (RCM), para a efetivação do processo avaliativo da aprendizagem, deve-se levar em consideração as especificidades das etapas e modalidades da Educação Básica. No Ensino Fundamental, a avaliação apresenta caráter formativo, apresentando-se em três modelos distintos, porém que se complementam, são eles: avaliação diagnóstica (uma avaliação prévia que visa observar o que o estudante sabe e o que precisa saber), de acompanhamento do processo – ou seja, leva em consideração os saberes individuais e específicos, e de verificação dos resultados (que julga e mensura a promoção do estudante no processo de escolarização).

O RCM afirma que a avaliação deve permitir procedimentos e instrumentos que permitam acompanhamento individual e coletivo dos estudantes, atendendo a cada etapa e modalidade. Nesta perspectiva,

Podemos entender a avaliação da aprendizagem escolar como um ato amoroso, na medida em que a avaliação tem por objetivo diagnosticar o educando pelos mais variados meios, no curso da aprendizagem satisfatória, que integre todas as suas experiências de vida (LUCKESI, 1999, p. 173).

Logo, tendo em vista que a avaliação é um procedimento que faz parte da rotina da escola – nos diversos âmbitos das formações sociais – tanto os/as professores/as quanto os estudantes devem estar cientes da importância desse processo.

METODOLOGIA

Este trabalho apresentará, primeiramente, uma abordagem mais conceitual sobre a avaliação da aprendizagem, baseada na leitura de especialistas na temática, seguido de um segundo ponto que será um breve resumo com dados sobre os impactos da Covid-19 na educação, de modo geral, e mais especificamente no Ensino Fundamental. Nesse contexto, incluiremos, também, a maneira como a avaliação está postana Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

REFERENCIAL TEÓRICO

O ato de avaliar é algo constante em nossas vidas. Quando avaliamos algo ou alguém estamos, assim, dando-lhes uma classificação, um valor. No espaço escolar, por muito tempo a avaliação era tida como um processo de seleção que enquanto proporcionava a alguns o sucesso, por outro lado mostrava-se critério para o fracasso e exclusão de outros. Essa premissa infelizmente ainda é uma realidade visível em muitas instituições. Isso nos leva a refletir sobre o tipo de cidadãos que estamos formando.

Faz-se necessário acreditar e pensar a avaliação da aprendizagem como mecanismo de construção do indivíduo, levando em consideração as suas particularidades, o meio social em que está inserido, suas vivências, para que se percebam formadores de opinião.

Nessa perspectiva, o ato de avaliar não deve ocorrer somente no momento da tradicional prova, para atribuir uma nota ao “possível conhecimento” adquirido pelo estudante, ele deve ser contínuo, ocorrendo de forma processual, e não pontual, que prioriza o classificar, o medir, o testar. A avaliação da aprendizagem deve ser um ato de amor, como diz Luckesi:

A avaliação da aprendizagem não é e não pode continuar sendo a tirana da prática educativa, que ameaça e submete a todos. Chega de confundir avaliação da aprendizagem com exames. A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam (LUCKESI, 2000, p. 01)

É preciso refletir a prática sobre o ato de avaliar. Isso se faz urgente para que o professor/avaliador tenha consciência do seu papel como formador de indivíduos críticos. Ao avaliar, o professor precisa dispor de variados instrumentos, levando em consideração que o processo se faz continuamente.

A avaliação como processo acontece desde o início de cada ano letivo, como forma de diagnosticar. Nesse sentido, ela é ponto de partida, a norteadora das ações para o desenvolvimento da aprendizagem do estudante de maneira fluida – nesse sentido a avaliação é tida como formativa.

Ao final da etapa do ensino-aprendizagem os resultados são somados para que se conclua que o caminho percorrido foi pautado em uma concepção qualitativa sobre a quantitativa, e que os objetivos propostos foram alcançados, reafirmando, assim, a

importância da avaliação da aprendizagem como papel nortear da prática docente, como mostra a imagem seguinte.

Tipo de avaliação	Objetivo	Finalidade	Tempo
Diagnóstica	Diagnosticar	Verificar conhecimentos prévios e detectar possíveis dificuldades de aprendizagem.	Início do período letivo (bimestre, trimestre, semestre ou ano letivo).
Formativa	Controlar	Verificar se os objetivos foram alcançados e fornecer dados para continuidade ou retomada do processo.	Durante todo o processo (pode ser ao final de uma unidade, ou ao final do bimestre/trimestre).
Somativa	Classificar	Classificar os resultados obtidos, de acordo com os objetivos estabelecidos.	Ao final de um período letivo (bimestre, trimestre, semestre ou ano letivo).

Fonte: <https://www.prospectaeducacional.com.br/avaliacao-diagnostica-e-reforco-de-conteudos/>

Se a avaliação tem o objetivo de detectar as possíveis dificuldades na aprendizagem, é a partir desses resultados que o/a docente vai planejar seu próximo passo para que os educandos de fato aprendam, haja vista o “sucesso” ou o “fracasso” dos estudantes revelar em determinados contextos a verdadeira prática docente em sala de aula.

No processo ensino-aprendizagem, ambos os resultados de forma acentuada devem ser considerados como alerta para avaliar a prática docente. De acordo com Hoffmann (2011), “a relação educador/educando exige o processo avaliativo mediador, que, por sua vez, só sobrevive por meio do resgate à sensibilidade, do respeito ao outro, da convivência e de procedimentos dialógicos e significativos”.

Diferente disso, a avaliação torna-se meramente classificatória, algo ainda muito utilizado na atualidade. Nesse sentido, perde-se uma ótima oportunidade em reavaliar o caminho percorrido, as atitudes tomadas pelo professor, as reações dos alunos e, a partir destas reflexões, promover mudanças significativas à prática docente. Tal prática deve ter como principal objetivo o crescimento pleno do educando.

Na prática pedagógica, a transformação da função da avaliação de diagnóstica em classificatória foi péssima. O educando como sujeito



humano é histórico, contudo, julgado e classificado, ele ficará, para o resto da vida, do ponto de vista do modelo escolar vigente, estigmatizado, pois as anotações e registros permanecerão, em documentos legalmente definidos. (LUCKESI, 2003, p.35).

Do contrário, estaríamos agindo de forma apenas a classificar esses estudantes em “melhor” ou “pior”, “bom” ou “ruim”, “capaz” ou “incapaz”, discursos comumente verificados e reproduzidos. São práticas como estas que colocam a avaliação em uma posição de vilã no processo ensino-aprendizagem. Embora ela não interfira no acesso dos educandos ao ensino, está relacionada diretamente a não permanência destes no processo; são muitos os estudantes que abandonam a escola por não se sentirem parte dessa realidade.

Entende-se que as consecutivas reprovações vividas por parte dos educandos os conduzem à evasão escolar e, posteriormente, à busca pelo ensino de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), ou até mesmo o seu desligamento definitivo com a escola, o que leva grande parte dos jovens/adolescentes a ingressarem no mercado informal de trabalho, ou, na pior das hipóteses, passarem a aumentar o número de pessoas à margem da sociedade.

Para Luckesi (2000), a avaliação deve “estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, antes de mais nada, implica a disposição de acolher”. Assim, acolher o aluno significa não o julgar como um “bom” ou “ruim”. O aluno que se sente acolhido tende a se sentir como parte do processo, e com isso a sua aprendizagem torna-se significativa. Ainda, segundo o estudioso,

A disposição para acolher é, pois, o ponto de partida para qualquer prática de avaliação. É um estado psicológico oposto ao estado de exclusão, que tem na sua base o julgamento prévio. O julgamento prévio está sempre na defesa ou no ataque, nunca no acolhimento. A disposição para julgar previamente não serve a uma prática de avaliação, porque exclui. (LUCKESI, 2000, p. 02)

O julgamento prévio traz consigo a recusa, ou seja, a impossibilidade de se estabelecer entre o professor/avaliador e o seu educando um vínculo de trabalho produtivo. Deste modo, a avaliação torna-se excludente, classificatória, longe do seu verdadeiro papel, que é o de ser processual.

Nesse sentido, Hoffmann afirma que

Mesmo que o educador trabalhe com muitos alunos, sua relação, no processo avaliativo, estabelecer-se-á de forma diferente com cada um deles. Por meio da ação mediadora, da tomada de decisão, ele estará afetando vidas e influenciando aprendizagens individuais. Da mesma



forma, cada aluno irá estabelecer maiores ou menores vínculos intelectuais e afetivos com cada professor, resultando em atitudes e respostas diversas por parte destes. (HOFFMANN, 2011, p. 01)

Quando falamos em avaliação da aprendizagem do aluno temos também que levar em consideração a avaliação da prática docente, por estarem diretamente interligadas. Se o aluno conseguiu um resultado satisfatório frente à avaliação, ou seja, se ele consegue se expressar com clareza sobre de estudo, entende-se que os resultados revelam que os objetivos esperados pelo/a professor/a foram alcançados.

Se os resultados forem negativos (utilizando-se como parâmetro a média estabelecida pela instituição escolar), este deverá estar aberto para rever a sua prática, ou seja, reavaliar o como avaliar, para quê avaliar e a quem avaliar, pois, como já dito, a avaliação funciona como mediadora da prática educativa docente que, visando à aprendizagem, deve estar o profissional docente aberto a novas metodologias e a observar as características individuais de seus alunos, que certamente não aprendem da mesma maneira e com o mesmo tempo.

Faz-se necessário que o professor esteja atento à sua prática pedagógica, e disposto a uma reflexão crítica sobre o ato de avaliar, tendo o aluno como principal personagem do processo, com a valorização e promoção do educando, levando em consideração que o processo de avaliação não é o fim da problemática. Ou seja, um norteador das ações docentes em sala de aula. Dito isto,

Avaliação é, portanto, uma ação ampla que abrange o cotidiano do fazer pedagógico e cuja energia faz pulsar o planejamento, a proposta pedagógica e a relação entre todos os elementos da ação educativa. Basta pensar que avaliar é agir com base na compreensão do outro, para se entender que ela nutre de forma vigorosa todo o trabalho educativo. Sem uma reflexão séria e valores éticos se perdem os rumos do caminho, a energia, o vigor dos passos sem termos da melhoria do processo. (HOFFMANN, 2011, p. 02)

Outrossim, a avaliação pode ser vista como desempenho do aluno, sujeito da aprendizagem, ou seja, utilizada como instrumentos capazes de observar a sua realidade, do contrário esses instrumentos estariam reduzidos a meros testes, questionários, fichas e outros, com a intenção apenas de continuar classificando o sujeito.

Não se pode dizer que se avaliou porque se observou algo do aluno. Ou denominar por avaliação apenas a correção de sua tarefa ou teste e o registro das notas, porque, nesse caso, não houve a mediação, ou seja, a intervenção pedagógica, decorrente da interpretação das tarefas,



uma ação pedagógica desafiadora e favorecedora à superação intelectual dos alunos.(HOFFMANN, 2011, p. 01)

O filósofo Mario Sergio Cortella, em sua obra *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos* (2017), afirma que “a avaliação tem que ser um modo de identificar problemas e facilidades no ensino-aprendizagem para orientar posteriormente, sem punir, evitando a reprovação”.

É fato que a avaliação escolar é uma das práticas mais desafiadoras no cotidiano das instituições de ensino. Por vezes nos deparamos com entraves referentes às formas de avaliar. Que métodos, instrumentos e procedimentos são os mais justos para atender a diversidade de aprendizagens existentes em um mesmo ciclo de aprendizagem? Sobre isso, Luckesi afirma que

Quaisquer que sejam os instrumentos – prova, teste, redação, monografia, dramatização, exposição oral, arguição etc. – necessitam manifestar qualidade satisfatória como instrumento para ser utilizado na avaliação da aprendizagem escolar, sob pena de estarmos qualificando inadequadamente nossos educandos e, conseqüentemente, praticando injustiças. (LUCKESI, 2000, p. 05)

Devido a essas dificuldades, os professores tendem a cometer os mesmos enganos, já que nem todo instrumento avaliativo aplicado em uma realidade com aprendizagem heterogênea alcançará um mesmo resultado. Para Luckesi,

Muitas vezes, nossos educandos são competentes em suas habilidades, mas nossos instrumentos de coleta de dados são inadequados e, por isso, os julgamos, incorretamente, como incompetentes. Na verdade, o defeito está em nossos instrumentos, e não no seu desempenho. Bons instrumentos de avaliação da aprendizagem são condições de uma prática satisfatória de avaliação na escola. (LUCKESI, 2000, p. 5)

São muitas as diretrizes existentes no contexto da avaliação, no entanto as dificuldades enfrentadas pelos docentes acerca do tema, em qualquer das modalidades de ensino, são angustiantes. Considerando as diversidades de aprendizagens em uma mesma sala de aula, essas dificuldades se intensificam ainda mais.

Nesse sentido, o trabalho do/a professor/a em avaliar o seu aluno tem se resumido a atribuição de uma nota; um valor ao seu desempenho que vai em uma escala de 0 a 10, a depender dos “erros e acertos”. Uma avaliação baseada na escolha imposta pelo professor

sobre aquilo que ele julga ser do contexto de aprendizagem desses educandos, sentenciando, assim, os/as educandos/as de forma individual em aprovado/a ou reprovado/a.

Desta forma, o estudante é um mero receptor passivo, como bem coloca Hoffmann,

Se o aluno é considerado um receptor passivo dos conteúdos que o docente sistematiza, suas falhas, seus argumentos incompletos e inconsistentes não são considerados senão algo indesejável e digno de um dado de reprovação. Contrariamente, se introduzimos a problemática do erro numa perspectiva dialógica e construtivista, então o erro é fecundo e positivo, um elemento fundamental à produção de conhecimento pelo ser humano. A opção epistemológica está em corrigir ou refletir sobre a tarefa do aluno. Corrigir para ver se aprendeu reflete o paradigma positivista da avaliação. Refletir a respeito da produção de conhecimento do aluno para encaminhá-lo à superação, ao enriquecimento do saber significa desenvolver uma ação avaliativa mediadora. (HOFFMANN, p.57, 1994)

Portanto, é possível afirmar que o ato de avaliar nesse sentido não está sendo de fato desempenhado, visto que vários documentos oficiais enfatizam a avaliação como processo. É preciso se elaborar uma proposta de ensino que prepare esses educandos para a vida e que contemple as suas vivências, que os incluam no processo de aprendizagem, e não os excluam. Uma proposta que leve em consideração uma investigação de forma diagnóstica e processual, que avalie mais o que o aluno aprendeu do que aquilo que deixou de aprender.

Sugere-se aqui como instrumento e diretriz maior para o pensar avaliativo a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo que funciona como referencial para elaboração do currículo escolar na Educação Básica, adotado pelas redes estadual e municipal de ensino e distrito federal.

O documento traz um conceito de educação integral que visa a valorização do estudante nas suas singularidades e diversidades, promovendo uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno; afirma que a avaliação deve permitir procedimentos e instrumentos que permitam acompanhamento individual e coletivo dos estudantes atendendo a cada etapa e modalidade da educação básica.

No entanto, a BNCC, por sua vez, apresenta-se basicamente conteudista; com uma infinidade de conhecimentos, habilidades e atitudes a serem manifestadas pelo/a educando/a, mas quase nada em relação às considerações de aprendizagem de cada indivíduo, como se eles fossem meros depósitos desses conteúdos. Faz-se necessário um olhar mais crítico a essas diretrizes.

Como bem coloca Freire,

[...] a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, 1987, p 37)

Há nessa perspectiva, a predominância do conceito de hierarquia onde o professor é o detentor e transmissor do conhecimento, enquanto o aluno é sistematicamente receptor desse conhecimento.

IMPACTOS DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO

Atualmente, as formas de avaliação vêm tomando um novo rumo, uma nova roupagem, devido a chegada do novo coronavírus (SARS-CoV-2), instaurador da pandemia da COVID-19, que se alastrou por todo o mundo, inicialmente na China, em 2019, chegando ao Brasil em março de 2020.

Desde então, o cenário educacional passou a funcionar de maneira singular. Foi então estabelecido o ensino remoto com intuito de evitar uma maior disseminação do vírus (as pessoas passaram a viver em isolamento social e com isso a suspensão das aulas presenciais), apresentando-se como solução imediata para que os estudantes não tivessem um prejuízo tão significativo em sua aprendizagem.

Com o isolamento social, vieram as disputas entre os poderes estadual, municipal e federal. A internet se tornou um meio de disseminação de informações sobre o vírus e outras notícias. Passamos a conviver com o uso de máscaras de proteção, álcool em gel, com a morte de muitos indivíduos, dado o contexto, com a disseminação de *Fake News*, promovidas pelo então “gabinete do ódio”, aparecendo no mesmo momento os “antivacinas”, o que levou a um atraso significativo na compra dos imunizantes e, com isso, o aumento dos casos de morte em centenas de milhares de pessoas em todo o território nacional.

Sobre essa questão, Karnal reflete que

Junto com a crise nós vivemos um aumento da irracionalidade, de negação da ciência e de busca por caminhos que não sejam os mais indicados. Quem pode dar bons conselhos sobre teologia são padres, pastores, teólogos e assim por diante. Quem pode me dar bons conselhos sobre doenças? São médicos infectologistas e especialistas em epidemias. Essas pessoas não são convergentes sobretudo, mas



são a autoridade. Eles podem errar, mas errarão menos do que eu, que sou um historiador. (KARNAL, 2020)

Com essa nova configuração do ensino, as aulas presenciais passaram a ser remotas ou online, o que levou toda a comunidade escolar a conviver com as ferramentas digitais. A era do mundo digital invadiu as casas de alunos e professores, adaptando-os à nova realidade e formatos de ensino-aprendizagem, em conformidade com o parecer CNE/CP N° 5/2020 (BRASIL, 2020), emitido pelo Ministério da Educação (MEC).

Dada essa condição no ensino, professores/as obtiveram grande notoriedade e reconhecimento do seu papel, visto como indispensáveis ao processo de ensino, uma vez que no ano anterior o atual Presidente da República tinha assinado o Projeto de Lei (PL) que regulamentou a educação domiciliar no Brasil (*homeschooling*).

Importante destacar que tal projeto vai de encontro a toda valorização e reconhecimento da sociedade sobre a figura indispensável do/a professor/a e da instituição escolar na formação cidadã. No ensino domiciliar não teria as relações sociais, por exemplo, que fazem com que os indivíduos em contato com outros aprendam a respeitar as diversidades e o reconhecimento da sociedade sobre a figura da instituição escola na formação do ser como cidadão.

A BNCC apresenta, em sua competência de número 9, a seguinte colocação:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2017, p. 12)

É importante frisar, que tal parecer não garantiu aos/às educandos/as e professores/as pelas secretarias de educação o acesso a ferramentas digitais. *Tablets*, celulares e/ou computadores foram custeados por eles/as mesmos/as, sem nenhum tipo de fomento governamental, inicialmente.

Muitos/as, por sua vez, tiveram que contrair dívidas para garantir a continuação do processo ensino-aprendizagem e manutenção de seus empregos e salários, mesmo remotamente; o vilão das salas de aula (celular) passou a ser protagonista.

Assim, professores e alunos separados geograficamente passaram a se unir diariamente através de uma tela. Mas, nem todos os/as alunos/as possuíam condições para participarem de aulas online. Para diminuir esse prejuízo, professores/as elaboravam apostilas

com atividades e deixavam nas escolas para que os pais/mães/responsáveis buscassem e, assim, esses alunos pudessem ter acesso ao ensino remoto.

Mesmo diante de tantas dificuldades e desafios postos o ensino seguiu de maneira que os resultados alcançados foram os melhores que cada envolvido/a pudesse alcançar. Para chegar a esses resultados foram utilizadas diversas plataformas de conversação.

Algumas como *WhatsApp* e *Telegram* já eram de uso entre amigos, colegas de trabalho e familiares, mas pouco usadas para o ensino escolar. *Google Classroom*, *Google Forms*, *Edmodo*, dentre outras, são plataformas com várias ferramentas avaliativas que serviram de referencial para grande parte dos/as docentes durante o período de distanciamento, recursos esses que vêm sendo utilizados até hoje.

Voltando às aulas presenciais, em 2022, grande parte dos professores e alunos teve que se readaptar à velha-nova maneira de ensino; velha por se tratar da maneira tradicionalmente conhecida por todos os envolvidos no processo; nova por estarem retornando às aulas presenciais após um longo período de afastamento do convívio com a comunidade escolar.

Esse novo convívio nos colocou diante de realidades drasticamente afetadas, e com isso o desencadeamento de doenças comportamentais como ansiedade, síndrome do pânico, depressão, alunos/as desmotivados, apresentando sintomas de mutilação e pensamento suicida, além de baixo rendimento.

Percebe-se, também, que o isolamento social agravou a violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes. Dessa forma, a escola torna-se um refúgio para esses adolescentes, que mesmo sem condições psicológicas para concentrar-se nas tarefas escolares preferem estar na instituição.

Assim, a avaliação tomou um rumo completamente diferente, onde mais do que nunca necessitou-se considerar a individualidade de cada estudante. Devemos levar em consideração, principalmente, a falta de atenção perante às aulas, muito embora ainda seja possível escutar alguns professores dizerem “esse aluno não quer nada com a vida”, ou “vou me dedicar apenas aos alunos que estão interessados em aprender algo”. Ou ainda, “esse aí não tem jeito. Não adianta perder tempo”. Infelizmente, essa prática ainda é muito comum entre os docentes. Esse prejulgamento tem, por muitas vezes, afastado os alunos das escolas, contribuindo com sua evasão.

O momento pandêmico ainda não acabou, segue-se de forma branda, mas ainda se faz necessário o uso dos protocolos de segurança para diminuição do contágio. Por isso as instituições escolares seguem com a exigência do uso de máscara e álcool em gel.

É nesse contexto que a educação vem sendo trilhada. E dentro dessa perspectiva, vão-se traçando e se adaptando, alunos, professores e gestores, a novas maneiras de se fazer a aprendizagem. Por isso, faz-se necessário que a escola ande de mãos dadas com a família, para melhor compreender os desafios que lhes são atribuídos, e assim se estruturar um trabalho coeso com a finalidade de alcançar o sucesso do ensino-aprendizagem para toda comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda durante o processo de formação acadêmica, deparamo-nos com diversos desafios acerca da aprendizagem dos estudantes aos quais tivemos a oportunidade de lecionar. Também, era grande a dificuldade encontrada em chegar a um denominador comum para sanar essas dificuldades. Isso nos despertou para abordagem da avaliação neste trabalho. Inicialmente, pensamos em uma pesquisa de campo, que seria aplicada através de questionários, mas o tempo escasso para esse tipo de pesquisa nos fez repensar nossa abordagem metodológica.

Este trabalho oportunizou a percepção sobre a necessidade de uma abordagem da avaliação no cenário atual, onde mais do que nunca os professores precisaram se reinventar para avaliar o seu aluno.

Dessa forma, notou-se o quanto o professor e a socialização são favoráveis ao processo ensino-aprendizagem, pois a aprendizagem também se dá na interação como outro, na troca de saberes, além de perceber as dificuldades no uso de diferentes tecnologias, tanto para o professor quanto para os estudantes e seus familiares.

A pandemia da Covid-19 causou muitos transtornos para a sociedade. Cada perda deixou um vazio enorme para muitos, mas também nos fez refletir sobre a educação, e, sobretudo, a avaliação, porque mesmo com o distanciamento continuamos unidos. Cremos que o pensar avaliativo nunca mais será o mesmo, apesar de que sempre será um processo desafiador.

Por fim, importante se faz sempre lembrar que, independente do contexto social por que passamos, a avaliação deve estar direcionada a acompanhar o processo de construção da aprendizagem, deve ser pensada como mecanismo para que o aluno aprenda e supere as suas dificuldades, deve ser um ato amoroso, pensado para acolher e não excluir, para repensar o



ensino, que não seja resumida a instrumentos avaliativos que meçam e quantifiquem os conhecimentos do aluno, mas tenha, sobretudo, um caráter formativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: [pcp005_20 \(mec.gov.br\)](https://pqp005_20.mec.gov.br). Acesso em: 10, jul., 2022.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação formativa ou avaliação mediadora?**. 2011. Disponível em: [avaliao-formativa-ou-avaliao-mediadora-1.pdf \(windows.net\)](#). Acesso em: 5, jul., 2022.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: uma relação dialógica na construção do conhecimento. Série Ideias. n. 22. São Paulo: FDE, 1994.

KARNAL, Leandro; CORTELLA, Mario Sergio. **Karnal e Cortella: reflexões em tempos de coronavírus**. Entrevista concedida a Giulia Vidale. VEJA. Abril, 2020.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** Pátio. Porto Alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12 fev./abr. 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, A. C. dos.; SANTOS, N. A. dos.; SANTOS, W. P. dos. (2021). **Tecnologias digitais e educação escolar em tempos de pandemia da COVID-19**: Percepções de professores/as de Língua Portuguesa. *Educação, Sociedade & Culturas*, (59), 97–115.

Secretaria Municipal de Educação. **Referencial Curricular de Maceió para Educação Fundamental**. Maceió: Editora Viva. 2020.